


ÍNDICE

Sumário Executivo	7
1. Caracterização da Entidade	15
1.1. Identificação da Entidade	15
1.2. Natureza Jurídica	16
1.3. Enquadramento Estatutário	16
1.4. Atividades "Core" desenvolvidas	16
1.5. Estrutura e Recursos Humanos	17
2. O Processo de Dissolução da EPUL	19
2.1. Enquadramento da Deliberação de Dissolução	19
2.2. O Novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	25
2.3. Proposta 258/CM/2012, de Dissolução da EPUL, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 5 de dezembro de 2012.....	26
2.4. Deliberação 61/AM/2013, aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa em 28 de maio de 2013	27
2.5. Recomendação 25/AM/2013 aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa em 28 de maio de 2013	27
2.6. Deliberação 496/CM/2013 designando os Liquidatários da EPUL.....	28
2.7. Resolução Fundamentada da AML reconhecendo o grave prejuízo para o interesse público da suspensão do processo de liquidação da EPUL.....	29
2.8. Apresentação do Plano de Liquidação da EPUL	29
2.9. Encerramento do Processo de Liquidação a 31 de dezembro de 2014	30
3. Caracterização da Situação Patrimonial da EPUL	31

3.1.	Relatório da Gestão e Contas da EPUL relativamente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2013	31
3.2.	Ativos recenseados no Plano de Liquidação	32
3.2.1.	Ativos imobiliários	33
3.2.2.	Restantes ativos	35
3.2.2.1.	Ativos financeiros	36
3.2.2.2.	Viaturas automóveis	36
3.2.2.3.	Outros Ativos	36
3.3.	Passivo e Outras Responsabilidades	36
3.3.1.	Dividas Financeiras	39
3.3.2.	Dividas a Fornecedores	39
3.3.3.	Adiantamento de Clientes	39
3.3.4.	Processos em Contencioso	40
3.3.5.	Outras Responsabilidades – Empresas Associadas	41
4.	Estratégia e Metodologia Definidas no Plano de Liquidação	42
4.1.	Objetivos estabelecidos e assumidos	42
4.2.	A Proteção dos Interesses dos Trabalhadores	43
4.3.	A Questão Reputacional, a necessidade de assegurar o Crédito do Município e o Financiamento das Operações da Liquidação	44
4.4.	A Proteção do Património da EPUL	45
4.5.	Estratégia preconizada para a gestão e alienação do património imobiliário	46
5.	A Execução do Plano de Liquidação	47
5.1.	O Plano Social	47

6.1.1. As Soluções Propostas aos Trabalhadores.....	48
6.1.2. A Declaração de Caducidade dos Contratos Remanescentes	50
6.1.3. Outros Apoios Complementares	51
6.1.4. Evolução dos RH da EPUL no decurso da Liquidação	52
6.1.5. Cronograma de Implementação e Impacto Financeiro do Plano Social	54
6.2. A Reestruturação da Dívida Bancária da EPUL e o Financiamento das Operações de Liquidação.....	55
6.2.1. A Assunção pelo Município de Lisboa da Dívida da EPUL para com o Dexia Public Finance Bank e o N.V. Bank Nederlandse Gemeenten	56
6.2.2. Reestruturação da Dívida Bancária da EPUL.....	57
6.2.3. Financiamento da Operações de Liquidação da EPUL.....	60
6.3. Preservação do Património da EPUL.....	62
6.3.1. O Património Alienável da EPUL	62
6.3.2. Metodologia de Alienação Adotada	64
6.3.3. Terrenos	64
6.3.4. Fogos e Espaços Comerciais Dispersos.....	65
6.3.5. Fogos e Espaços Comerciais Arrendados	67
6.3.6. Lugares de Estacionamento para Automóveis e Motociclos	68
6.3.7. Os Prédios Integrados no Projeto "Lisboa a Cores"	69
6.3.8. Os Prédios Integrados no Projeto "Repovoar Lisboa"	69
6.3.9. O Empreendimento do Martim Moniz	73
6.4. Vendas Previstas e Realizadas	82
6.5. Alienação de Participações Sociais.....	82
6.5.1. Caracterização da Situação da Sociedade Jardins Expo, S.A.	83
6.5.2. As Negociações tendo em vista pôr termo à participação acionista da EPUL na Jardins Expo	83
6.5.3. O processo judicial movido pela Jardins Expo contra o Município de Lisboa e relativo ao lote RTB6.1	84

6.5.4. A execução fiscal movida pelo condomínio do lote RTB5.2 contra a Jardins Expo	84
6.5.5. Subsistência de uma garantia bancária "on first demand" emitida pelo BES a favor da CML e prestada pela Jardins Expo	85
6.5.6. Valorização das ações da EPUL	85
6.5.7. Proposta de solução integrada	86
6.6. Património não imobiliário	88
7. Contencioso e Pré-Contencioso	90
7.1. Dívida à Construtora Somague	90
7.2. Loteamento do Vale de Santo António – Grupo Bernardino Gomes	92
8. Encerramento da Liquidação	94
9. Demonstrações Financeiras	
Certificação Legal das Contas	
10. Anexos	
1. Decreto-Lei n.º 613/71, de 31 de dezembro;	
2. Estatutos da EPUL na sua última versão, alterada pelo Decreto-Lei nº 437/80, de 3 de outubro;	
3. Deliberação 858/CM/2012, aprovada em 5 de dezembro de 2012 e publicada no Boletim Municipal nº 982;	
4. Deliberação 61/AM/2013, aprovada em 28 de maio de 2013 e publicada no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1006, de 30 de maio de 2013;	
5. Recomendação 25/AML/2013, aprovada em 28 de maio de 2013 e publicada no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1006, de 30 de maio de 2013;	

- 
6. Deliberação 496/CM/2013 designando os Liquidatários da EPUL e aprovada em 11 de junho de 2013;
 7. Resolução Fundamentada da AML, reconhecendo o grave prejuízo para o interesse público da suspensão do processo de liquidação da EPUL, aprovada a 25 de junho de 2013;
 8. Deliberação 1/CM/2014, aprovando o Plano de Liquidação da EPUL;
 9. Ata da Reunião de Liquidatários nº 44, de 30 de dezembro de 2014;
 10. Certidão Permanente da EPUL com o registo do encerramento do processo de liquidação à data de 31 de dezembro de 2014;
 11. Proposta 792/CM/2013, publicada no 1º suplemento ao Boletim Municipal nº 1025, de 10 de outubro de 2013, ratificando a aprovação do Relatório da Gestão e Contas da EPUL relativamente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2013;
 12. Relatório da Gestão e Contas da EPUL relativamente ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2013;
 13. Plano de Liquidação da EPUL, aprovado pela CML através da Deliberação 1/CM/2014;
 14. Relação das "Propriedades de Investimento" constantes do Imobilizado da EPUL;
 15. Relação de "Outros Ativos Imóveis" constantes do Imobilizado da EPUL;
 16. Documentação produzida no âmbito da implementação do Plano Social;
 17. Acordo celebrado entre a EPUL e a sociedade Jardins Expo, S.A.;
 18. Deliberação 359/CM/2014 aprovando a celebração de um contrato de comodato entre a EPUL e a EMEL.

Errata ao Índice do Relatório de Liquidação da EPUL

A numeração a partir do ponto 5.1 deve ser corrigida do seguinte modo:

- 6.1.1. passa a 5.1.1., 6.1.2. passa a 5.1.2., 6.1.3. passa a 5.1.3., 6.1.4. passa a 5.1.4., 6.1.5. passa a 5.5.5.;
- 6.2. passa a 5.2.;
- 6.2.1. passa a 5.2.1., 6.2.2. passa a 5.2.2., 6.2.3. passa a 5.2.3.;
- 6.3. passa a 5.3.;
- 6.3.1. passa a 5.3.1., 6.3.2. passa a 5.3.2., 6.3.3. passa a 5.3.3., 6.3.4. passa a 5.3.4., 6.3.5. passa a 5.3.5., 6.3.6. passa a 5.3.6., 6.3.7. passa a 5.3.7., 6.3.8. passa a 5.3.8., 6.3.9. passa a 5.3.9.;
- 6.4. passa a 5.4.;
- 6.5. passa a 5.5.;
- 6.5.1. passa a 5.5.1., 6.5.2. passa a 5.5.2., 6.5.3. passa a 5.5.3., 6.5.4. passa a 5.5.4., 6.5.5. passa a 5.5.5., 6.5.6. passa a 5.5.6., 6.5.7. passa a 5.5.7.;
- 6.6. passa a 5.6.;
- 7. Contencioso e pré-contencioso passa a **6. Contencioso e pré-contencioso** ;
- 7.1. passa a 6.1.;
- 8. Encerramento da liquidação passa a **7. Encerramento da liquidação**;
- 9. Demonstrações financeiras passa a **8. Demonstrações financeiras**;
- Certificação legal de contas passa a **9. Certificação legal de contas**